

14 cópias

PERRY ANDERSON

**LINHAGENS
DO ESTADO ABSOLUTISTA**

Tradução:
João Roberto Martins Filho

1º Ano - História

Disciplina - Hist. Ibérica

Profª Lillian Miranda

Texto n. 2

Lillian Miranda

editora brasiliense

Espanha

Tal era o caráter geral do absolutismo no Ocidente. Entretanto, os Estados territoriais específicos que vieram a existir nos diferentes países da Europa renascentista não podem ser simplesmente assimilados a um tipo puro único. Eles apresentavam, com efeito, amplas diferenças, com conseqüências cruciais para a história ulterior dos países considerados, que ainda hoje se fazem sentir. Um exame dessas variações aparece, portanto, como complemento necessário a qualquer abordagem da estrutura geral do absolutismo no Ocidente. A Espanha, primeira grande potência da Europa moderna, constitui um ponto de partida lógico.

A ascensão da Espanha Habsburgo não foi meramente um episódio num conjunto de experiências simultâneas e equivalentes de construção do Estado na Europa ocidental: foi também uma determinante auxiliar de todo esse conjunto como tal. Ela ocupa, por isso, uma posição qualitativamente distinta no processo geral de absolutização. Com efeito, o alcance e o impacto do absolutismo espanhol foi, num sentido estrito, "imoderado" em relação às outras monarquias ocidentais da mesma época. A pressão internacional por ele exercida atuou como uma sobredeterminação especial dos padrões nacionais nos outros pontos do continente, devido à desproporção de riqueza e poder de que dispunha: a concentração histórica de tais recursos no Estado espanhol não poderia deixar de afetar a configuração geral e o sentido do sistema estatal que surgia no Ocidente. A monarquia espanhola devia a sua supremacia a uma combinação de dois complexos de recursos — por sua

vez, projeções inesperadas de elementos comuns ao absolutismo ascendente, elevadas a uma dimensão excepcional. Por um lado, a sua casa reinante beneficiou-se, mais do que qualquer outra linhagem na Europa, dos pactos da política dinástica de casamentos. O parentesco da família Habsburgo rendeu ao Estado espanhol uma escala de territórios e influência que nenhuma monarquia rival poderia igualar: um artefato supremo dos mecanismos feudais de expansão política. Por outro lado, a conquista colonial do Novo Mundo supriu-a com uma superabundância de metais preciosos, que lhe possibilitou um tesouro muito superior ao de qualquer um de seus adversários. Conduzida e organizada no interior de estruturas ainda notavelmente senhoriais, a pilhagem das Américas foi, no entanto, ao mesmo tempo, um dos atos mais espetaculares da acumulação primitiva do capital europeu durante a Renascença. Assim, o absolutismo espanhol buscou forças tanto no legado interno do engrandecimento feudal como no saque ultramarino de capital extrativo. Nunca houve, evidentemente, qualquer dúvida quanto a que interesses sociais e econômicos o aparelho político da monarquia espanhola atendia, prioritária e permanentemente. Nenhum outro grande Estado absolutista na Europa ocidental viria a ter um caráter tão aristocrático, ou infenso ao desenvolvimento burguês. O próprio acaso de seu precoce controle das minas da América, com a sua economia de extração tosca mas lucrativa desmotivou-o de promover o crescimento das manufaturas ou de fomentar a difusão da empresa mercantil no seio de seu império europeu. Em vez disso, abateu-se com um peso maciço sobre as comunidades comerciais mais ativas do continente, ao mesmo tempo que ameaçava todas as outras aristocracias fundiárias, num ciclo de guerras interaristocráticas que durou 150 anos. O poder da Espanha sufocou a vitalidade urbana do norte italiano e esmagou as florescentes cidades de metade dos Países Baixos — as duas regiões mais avançadas da economia européia na virada do século XVI. A Holanda conseguiu escapar ao seu controle, após uma longa luta pela independência burguesa. No mesmo período, os Estados monárquicos do sul da Itália e de Portugal foram absorvidos pela Espanha. As monarquias da França e da Inglaterra foram fustigadas por ataques hispânicos. Os principados da Alemanha foram invadidos, repetidas vezes, por *tercios* de Castela. Enquanto a armada espanhola cruzava o Atlântico ou patrulhava o Mediterrâneo, os exércitos espanhóis percorriam a maior parte da Europa ocidental: de Antuérpia a Palermo, de Regensburg a Kinsale. A aliança da dominação Habsburgo, porém, acabou por apressar as reações e fortalecer as defesas das dinastias agrupadas contra ela. A primazia espanhola conferiu à mo-

narquia Habsburgo um papel de consolidação do sistema relativo ao absolutismo ocidental em seu conjunto. Mas, ao mesmo tempo, como veremos, limitou criticamente a natureza do próprio absolutismo espanhol no seio do sistema que ajudou a criar.

* * *

O absolutismo espanhol nasceu da União de Castela e Aragão, efetivada pelo casamento de Isabel I e Fernando II em 1469. Começou com uma base econômica aparentemente firme. Durante os períodos de escassez de mão-de-obra provocada pela crise geral do feudalismo ocidental, áreas crescentes de Castela foram convertidas a uma lucrativa economia lanífera, que a transformou na "Austrália da Idade Média" e num parceiro importante do comércio flamengo; enquanto isso, Aragão era há muito tempo uma potência territorial e comercial no Mediterrâneo, com o controle da Sicília e da Sardenha. O dinamismo político e militar do novo Estado dual logo se revelaria dramaticamente numa série de extensas conquistas externas. Granada, o último reduto mouro, foi destruída, e completou-se a Reconquista; Nápoles foi anexada; Navarra absorvida; e, acima de tudo, as Américas foram descobertas e subjogadas. O reino Habsburgo em breve adicionou Milão, o Franche-Comté e os Países Baixos. Esta súbita avalanche de sucessos fez da Espanha a primeira potência da Europa por todo o século XVI, gozando de uma posição internacional que nenhum outro absolutismo do continente foi jamais capaz de igualar. Todavia, o Estado que presidia este vasto império era, ele próprio, uma armação em ruínas unida, em última análise, apenas pela pessoa do monarca. O absolutismo espanhol, tão terrível para o protestantismo setentrional externamente foi, com efeito, notavelmente modesto e limitado em seu desenvolvimento interno. As suas articulações internas eram talvez inigualavelmente frágeis e heteróclitas. As razões deste paradoxo devem ser, sem dúvida, procuradas essencialmente na curiosa relação triangular estabelecida entre o império americano, o império europeu e as pátrias ibéricas.

Os reinos compostos de Castela e Aragão, unidos por Fernando e Isabel, representavam uma base extremamente diversa para a construção da nova monarquia espanhola no final do século XV. Castela era

(1) A expressão é de Vicens. Ver J. Vicens Vives, *Manual de História Económica de España*, pp. 11-2, 231.

um país com uma aristocracia de enormes propriedades e poderosas ordens militares; tinha também um considerável número de cidades, embora, significativamente, não tivesse ainda uma capital fixa. A nobreza castelhana se apoderara de vastas extensões de propriedade agrária pertencente à monarquia, durante as guerras civis do final da Idade Média; de 2 a 3 por cento da população controlavam então cerca de 97 por cento do solo. Por sua vez, mais da metade deste era propriedade de algumas poucas famílias de magnatas que se salientavam da numerosa pequena nobreza *hidalgos*.² A agricultura cerealífera era constantemente entregue à atividade pastoril nessas grandes propriedades. O surto da lã, que fornecera a base para as fortunas de tantas casas aristocráticas, estimulara, ao mesmo tempo, o crescimento urbano e o comércio externo. As cidades de Castela e os navios cantábricos, beneficiaram-se da prosperidade da economia pastoril da última fase da Espanha medieval, que estava ligada por um sistema comercial complexo à indústria têxtil de Flandres. O perfil econômico e demográfico de Castela no seio da União era, portanto, desde o início, vantajoso: com uma população calculada entre 5 e 7 milhões e um animado comércio marítimo com a Europa setentrional, constituía-se com facilidade no Estado dominante na Península Ibérica. No aspecto político, a sua constituição era curiosamente instável. Castela e Leão tinham sido um dos primeiros reinos medievais da Europa a desenvolver um sistema de Estados no século XIII; enquanto isso, em meados do século XV, a efetiva ascendência da nobreza sobre a monarquia tornou-se, por certo tempo, de grande projeção. Mas o ganancioso poder da aristocracia medieval da última fase não estabelecera nenhum molde jurídico. As Cortes, na realidade, permaneceram como assembleias ocasionais e pouco definidas: talvez devido ao caráter migrante do reino castelhano — conforme este se dirigia para o sul e embaralhava assim o seu padrão social —, nunca se desenvolverá aí uma institucionalização sólida e fixa do sistema de Estados. Desse modo, tanto a convocação como a composição das Cortes estavam sujeitas à decisão arbitrária do monarca, daí resultando que as sessões eram espasmódicas e não resultaria delas nenhum sistema tricursal efetivo. Por um lado, as Cortes não detinham poder algum de iniciativa legislativa; por outro lado, a nobreza e o clero gozavam de imunidade fiscal. O resultado era um sistema de Estados onde só as cidades tinham que pagar os impostos votados pelas Cortes, os quais, de resto, recaíam quase que exclusivamente sobre as massas

(2) J. H. Elliott, *Imperial Spain 1469-1716*, Londres, 1970, pp. 111-3.

abaixo delas. A aristocracia, portanto, não tinha interesse econômico direto em sua representação no seio dos Estados castelhanos, que constituíam uma instituição relativamente frágil e isolada. O corporativismo aristocrático encontraria expressão própria nas ricas e temíveis ordens militares — Calatrava, Alcântara e Santiago — que foram criadas pelas Cruzadas: mas estas, por sua própria natureza, não dispunham da autoridade coletiva de um Estado nobiliário propriamente dito.

O caráter econômico e político do reino de Aragão³ estava em agudo contraste com isso. O interior montanhoso de Aragão abrigava o mais repressivo sistema senhorial da península ibérica; a aristocracia local achava-se investida com uma série completa de poderes feudais nas áridas zonas rurais, onde ainda sobrevivia a servidão e um campeonato *morisco* cativo mourejava para os seus senhores cristãos. A Catalunha, por outro lado, fora tradicionalmente o centro de um império mercantil no Mediterrâneo: Barcelona era a maior cidade da Espanha medieval e o seu patriciado urbano, a classe comercial mais rica da região. A prosperidade catalã, no entanto, sofrera penosamente durante a longa depressão feudal. As epidemias do século XIV fustigaram o principado com particular violência, retornando repetidas vezes, depois da própria Peste Negra, para devastar a população, que decrescia em mais de um terço entre 1365 e 1497.⁴ As bancarrotas comerciais foram aumentadas pela agressiva concorrência genovesa no Mediterrâneo, enquanto os pequenos mercadores e as corporações artesanais revoltavam-se contra o patriciado nas cidades. No campo, o campeonato sublevara-se para banir os "maus costumes" e apoderar-se das terras abandonadas nas revoltas das *remenças* do século XV. Finalmente, uma guerra civil entre a monarquia e a nobreza, que atraiu para seu torvelinho outros grupos sociais, enfraqueceu ainda mais a economia catalã. Entretanto, as suas bases estrangeiras na Itália permaneceram intatas. Valência, a terceira província do reino, situava-se socialmente num plano intermediário entre Aragão e a Catalunha. A nobreza explorava o trabalho *morisco*; durante o século XV, verificou-se o crescimento de uma comunidade mercantil, ao passo que a preponderância financeira descia a costa, vinda de Barcelona. O crescimento de Valência, porém, não compensou adequadamente o declínio da Catalunha.

(3) O Reino de Aragão era constituído pela união de três principados: Aragão, Catalunha e Valência.

(4) Elliott, *Imperial Spain*, p. 37.

A disparidade econômica entre os dois reinos da União criada pelo casamento de Fernando e Isabel evidencia-se no fato de que a população das três províncias de Aragão totalizava apenas 1 milhão de habitantes — em comparação com os 5 a 7 milhões de Castela. O contraste político entre os dois reinos, por outro lado, não era menos surpreendente, pois no reino de Aragão encontrava-se, talvez, a estrutura de Estado mais sofisticada e bem entrincheirada de toda a Europa. As três províncias da Catalunha, de Valência e Aragão tinham, cada uma, as suas próprias Cortes. Além disso, cada uma delas possuía instituições repressivas especiais de controle judicial e administração econômica permanentes, que dependiam das Cortes. A *Diputació* catalã — um comitê regular das Cortes — era o seu exemplar mais efetivo. Ademais, cada uma das Cortes devia estatutariamente reunir-se em intervalos regulares e estava tecnicamente subordinada à norma da unanimidade — um esquema singular na Europa ocidental. As Cortes aragoesas, por sua vez, tinham ainda o requinte adicional do sistema quadricurial de magnatas, pequena nobreza, clero e burgueses.⁵ In toto, tal complexo de "liberdades" medievais apresentava uma perspectiva particularmente refratária à construção de um absolutismo centralizado. A assimetria das ordens institucionais de Castela e Aragão iria, efetivamente, traçar toda a carreira da monarquia espanhola a partir de então.

Compreensivelmente, Fernando e Isabel optaram pela alternativa óbvia de concentrar-se no estabelecimento de um poder real inquebrantável em Castela, onde as condições eram mais imediatamente propícias. Aragão apresentava obstáculos políticos muito mais formidáveis para a construção de um Estado centralizado. Castela tinha uma população cinco ou seis vezes maior e a sua riqueza mais ampla não era protegida por barreiras constitucionais comparáveis. Assim, foi posto em execução pelos dois monarcas um programa metódico de reorganização administrativa. As ordens militares foram decapitadas e anexados os seus vastos territórios e rendimentos. Castelos baroniais foram demolidos, expulsos os senhores das zonas de fronteira e proibidas as guerras privadas. A autonomia municipal das cidades foi quebrada

(5) O espírito do constitucionalismo aragonês estava expresso no impressionante juramento de vassalagem atribuído à sua nobreza: "Nós, que somos tão bons como vós, juramos a vós, que não sois melhores que nós, que vos aceitamos como nosso rei e soberano, contanto que observeis todas as nossas liberdades e leis; mas se assim não for, não". A fórmula em si talvez fosse lendária, mas o seu sentido estava gravado nas instituições de Aragão.

com a instalação de *corregidores* oficiais para administrá-las; a justiça real foi fortalecida e ampliada. O Estado tomou a si o controle dos benefícios eclesiásticos, separando o aparelho local da Igreja da alçada do papado. As Cortes foram progressivamente domesticadas pela omissão efetiva da nobreza e do clero de suas reuniões, depois de 1480; uma vez que o principal propósito para convocá-las era o aumento dos impostos para financiar os gastos militares (nas guerras de Granada e da Itália, sobretudo) e deles estavam isentos o primeiro e o segundo estados, estes últimos tinham poucos motivos para resistir a tal restrição. Os rendimentos fiscais elevaram-se de modo impressionante: a receita de Castela cresceu de 900 mil *reales*, em 1474, para 26 milhões, em 1504.⁶ O Conselho Real foi reformado e dele excluída a influência dos grandes do reino; o novo corpo consultivo foi provido com funcionários bacharéis ou *letrados*, recrutados na pequena nobreza. Secretários profissionais trabalhavam diretamente sob as ordens dos soberanos, despachando assuntos cada vez mais numerosos. A máquina de Estado castelhana foi, em outras palavras, racionalizada e modernizada. Mas a nova monarquia nunca a contrapôs à classe aristocrática no seu conjunto. As altas posições militares e diplomáticas sempre foram reservadas aos magnatas, que mantiveram seus grandes vice-reinados e governadorias, ao passo que os nobres menores preenchiam as fileiras dos *corregidores*. Os domínios reais usurpados desde 1454 foram recuperados pela monarquia, mas os que resultaram de apropriações anteriores — a maioria — foram deixados em mãos da nobreza; em Granada, novos domínios se acrescentaram a essas possessões e foi confirmada a imobilização da propriedade rural através do recurso do *mayorazgo*. Além disso garantiram-se deliberadamente amplos privilégios aos interesses rurais do cartel de la *Mesta*, na região rural, dominado pelos latifundiários do sul; entretanto, medidas discriminatórias contrárias à cultura de cereais fixavam finalmente preços de varejo para as safras de grãos. Nas cidades, foi imposto à nascente indústria urbana um sistema constitutivo de corporações e a perseguição religiosa dos *convertidos* conduziu ao êxodo de capitais dos judeus. Todas estas medidas foram implementadas com grande energia e resolução em Castela.

Em Aragão, por outro lado, nunca se tentou aplicar um programa político de alcance comparável. Aí, ao contrário, o máximo que Fernando pôde conseguir foi uma pacificação social e a restauração da

(6) Para a obra de Fernando e Isabel em Castela, ver Elliott, *Imperial Spain*, pp. 86-99.

constituição medieval da última fase. As prestações obrigatórias dos camponeses da *remença* foram enfim remidas com a Sentença de Guadalupe em 1486 e a inquietação rural amainou. O acesso à *Diputació* catalã foi ampliado com a introdução de um sistema de sorteio. Ao lado disso, o governo de Fernando confirmou sem ambigüidades a identidade separada do reino oriental: as liberdades catalãs foram expressamente reconhecidas, na sua integridade, pela *Observança* de 1481, e novas salvaguardas contra as possíveis infrações reais foram efetivamente adicionadas ao arsenal já existente de armas locais contrárias a qualquer forma de centralização monárquica. Raramente residindo em sua região natal, Fernando instalou vice-reis nas três províncias, a fim de que exercessem a autoridade em seu nome e criou o Conselho de Aragão, quase sempre estabelecido em Castela, para manter ligação com aqueles. Aragão, com efeito, foi assim virtualmente deixada aos seus próprios meios; mesmo os grandes interesses da lã — todo-poderosos depois do *Ebro* — viram-se impotentes para assegurar o consentimento de terras de pastagem através dos territórios agrícolas. Uma vez que Fernando fora solenemente obrigado a reconfirmar todos os espinhosos privilégios contratuais da região, não se colocava de modo algum a questão de uma fusão administrativa, a qualquer nível, entre Aragão e Castela. Longe de criarem um reino unificado, Suas Majestades Católicas fracassaram mesmo em estabelecer uma moeda única,⁷ sem falar de um sistema fiscal ou jurídico comum, dentro de seus reinos. A Inquisição — invenção singular na Europa daquela época — deve ser entendida neste contexto: ela foi a única instituição unitária "espanhola" na península, um elaborado aparelho ideológico que compensava a divisão e a dispersão administrativas do Estado.

A ascensão de Carlos V iria complicar, mas não iria alterar substancialmente, tal esquema; quando muito, acabaria por acentuá-lo. O resultado mais imediato do advento de um soberano Habsburgo foi uma nova corte, formada basicamente por exilados, sob o domínio de flamengos, borgonheses e italianos. As extorsões financeiras do novo regime logo suscitaram uma onda de intensa xenofobia popular em Castela. Assim, a partida do próprio monarca para o norte da Europa seria o sinal para uma ampla rebelião urbana contra o que era visto como o saque estrangeiro dos recursos e das posições de Castela. A revolta dos *comuneros* de 1520-21 conquistou inicialmente o apoio de

(7) O único passo no sentido de uma unificação monetária foi a cunhagem de três moedas de ouro de alto valor e equivalentes em Castela, Aragão e na Catalunha.

muitos nobres das cidades e invocou um conjunto tradicional de reivindicações constitucionais. Mas a sua força motriz foram as massas populares de artesãos urbanos, sob a orientação dominante da burguesia urbana do norte e do centro de Castela, cujos centros comerciais e manufatureiros tinham conhecido um surto econômico no período anterior.⁸ Encontrou pouco ou nenhum eco no campo, seja entre o campesinato, seja entre a aristocracia rural; o movimento nunca afetou seriamente aquelas regiões onde as cidades eram pouco numerosas ou fracas — Galícia, Andaluzia, Estremadura ou Guadalajara. O programa “federativo” e “protonacional” da junta revolucionária que as comunas castelhanas criaram durante a sua insurreição caracterizou-a nitidamente como uma revolta do terceiro estado.⁹ A sua derrota perante os exércitos do rei, por trás dos quais reagrupou-se o grosso da aristocracia, assim que o radicalismo potencial da sublevação tornou-se evidente, constitui, portanto, um passo crítico na consolidação do absolutismo espanhol. O esmagamento do levante comunero serviu, efetivamente, para eliminar os últimos vestígios de uma constituição contratual em Castela e condenou as Cortes — para as quais os comuneros reivindicavam sessões regulares trianuais — à nulidade, a partir de então. Entretanto, ainda mais significativo foi o fato de que a vitória mais fundamental da monarquia espanhola sobre a resistência organizada ao absolutismo real em Castela — na verdade, o seu único conflito armado com qualquer tipo de oposição naquele reino — tenha sido a derrota militar das cidades, mais que a dos nobres. Em nenhuma outra parte da Europa verificou-se o mesmo em relação ao absolutismo nascente: o padrão comum era a supressão de revoltas aristocráticas, e não das revoltas burguesas, mesmo onde ambas encontravam-se intimamente interligadas. O triunfo sobre as comunas castelhanas, no início de sua trajetória, viria a separar, a partir daí, o curso da monarquia espanhola daquele das suas parceiras ocidentais.

O acontecimento mais espetacular do reinado de Carlos V foi, evidentemente, a sua vasta ampliação da órbita internacional Habsburgo. Na Europa, os Países Baixos, o Franche-Comté e Milão estavam agora anexados ao patrimônio pessoal dos governantes da Espanha, ao passo que, nas Américas, o México e o Peru eram conquistados. Durante o período de vida do imperador, toda a Alemanha foi um impor-

(8) Ver J. A. Maravall, *Las Comunidades de Castilla. Una Primera Revolución Moderna*, Madri, 1963, pp. 216-22.

(9) Maravall, *Las Comunidades de Castilla*, pp. 44-5, 50-7, 156-7.

tante teatro de operações a sobrepor-se a essas possessões hereditárias. Esta súbita expansão territorial reforçaria, inevitavelmente, a tendência inicial do jovem Estado absolutista espanhol à delegação de poderes, através de Conselhos e vice-reis separados para as diferentes possessões da dinastia. O chanceler piemontês de Carlos V, Mercúrio Gattinara, inspirado pelos ideais universalistas de Erasmo, esforçou-se por dotar a massa indomável do império Habsburgo com um executivo mais compacto e eficaz, ao criar certas instituições unitárias de tipo departamental — notavelmente um Conselho de Finanças, um Conselho de Guerra e um Conselho de Estado (tornando-se este último, teoricamente, o topo de todo o edifício imperial), com responsabilidades globais de caráter transregional. Estes seriam assistidos por um crescente secretariado permanente de funcionários civis à disposição do monarca. Mas, ao mesmo tempo, constituiu-se progressivamente uma nova série de conselhos territoriais; o próprio Gattinara criou o primeiro deles para o governo das Índias. No final do século, já seriam seis os conselhos regionais: de Aragão, Castela, Índias, Itália, Portugal e Flandres. Excetuando o de Castela, nenhum deles tinha um corpo adequado de funcionários locais na região, onde a administração efetiva era confiada a vice-reis, sujeitos em geral a um precário controle e dirigidos à distância pelos conselhos.¹⁰ Por sua vez, os poderes dos próprios vice-reis eram habitualmente muito limitados. Somente nas Américas eles controlavam os serviços de sua burocracia, mas mesmo aí eram secundados por *audiencias* que os privavam da autoridade judicial de que gozavam em outros lugares; ao passo que, na Europa, tinham que entender-se com as aristocracias residentes — siciliana, valenciana ou napolitana — que normalmente reivindicavam um direito de virtual monopólio dos cargos públicos. Daí resultava um bloqueio a qualquer unificação real tanto do império em seu conjunto como das próprias terras ibéricas. As Américas estavam juridicamente vinculadas ao reino de Castela, o sul da Itália ao reino de Aragão. As economias atlântica e mediterrânea que cada um representava nunca se reuniriam num sistema comercial único. A divisão entre os dois reinos originais da União dentro da Espanha era, na prática, reforçada pelas possessões ultramarinas a eles anexadas. Para efeitos jurídicos, a Catalunha poderia ser simplesmente assimilada em seu estatuto à Sicília ou aos Países Baixos. Na realidade, por volta do século XVII, o poder de Madri em Nápoles ou Milão era efetivamente maior que em Barcelona

(10) J. Lynch, *Spain under the Habsburgs*, II, Oxford, 1969, pp. 19-20.

ou Saragoça. Assim, a própria dispersão do império Habsburgo superou a sua capacidade de integração e ajudou a deter o processo de centralização administrativa dentro da própria Espanha.¹¹ ✕

Ao mesmo tempo, Carlos V inaugurava a fatídica seqüência de guerras européias que viria a ser o preço do poder espanhol no continente. No teatro meridional de suas inumeráveis campanhas, Carlos obteve triunfo esmagador: foi durante esse período que a Itália caiu definitivamente sob a ascendência hispânica, enquanto a França era afastada da península, intimidava-se o papado e conservava-se à distância a ameaça turca. A sociedade urbana mais avançada da Europa tornou-se, daí em diante, uma vasta plataforma militar para o absolutismo espanhol. No teatro setentrional de suas guerras, entretanto, o imperador foi forçado a um dispendioso beco sem saída: a Reforma manteve-se invencível na Alemanha, apesar das suas repetidas tentativas para esmagá-la ou levá-la a um acordo, e a hereditária inimizade Valois sobreviveu a todas as derrotas na França. Além disso, os encargos financeiros de uma guerra constante no norte afetaram gravemente a lealdade tradicional dos Países Baixos, no final do reinado, preparando os desastres que atingiriam Filipe II nessa região. O volume e o custo dos exércitos Habsburgo sofreram rápida e regular escalada durante o governo de Carlos V. Antes de 1529, as tropas espanholas na Itália nunca contaram com mais de 30 mil homens; em 1536-37, havia 60 mil soldados envolvidos na guerra contra a França; por volta de 1552, já seriam 150 mil os comandados do imperador na Europa.¹² Os empréstimos financeiros e as pressões fiscais cresceram em medida correspondente: à época de sua abdicação, em 1556, as receitas de Carlos V tinham triplicado¹³ e, todavia, os débitos reais eram tão elevados que o seu herdeiro teve que declarar oficialmente a bancarrota do Es-

(11) Marx estava ciente do paradoxo do absolutismo Habsburgo na Espanha. Após afirmar que "a liberdade espanhola desapareceu sob o fragor das armas, as chuvas de ouro e as terríveis iluminações dos autos-de-fé", ele indagava: "Mas como considerar o singular fenômeno de que, depois de quase três séculos de dinastia Habsburgo, a que se seguiu a dinastia Bourbon — cada uma delas capaz de esmagar um povo —, as liberdades municipais da Espanha ainda sobrevivessem? Como explicar que precisamente no país onde, de todos os Estados feudais, nasceu pela primeira vez a monarquia absoluta em sua forma mais imoderada a centralização nunca tenha conseguido criar raízes?", K. Marx e F. Engels, *Revolutionary Spain*, Londres, 1939, pp. 24-25. Faltou-lhe, no entanto, uma resposta adequada à questão.

(12) G. Parker, *The Army of Flanders and the Spanish Road 1567-1659*, Cambridge, 1972, p. 6.

(13) Lynch, *Spain under the Habsburgs*, I, Oxford, 1965, p. 128: evidentemente, os preços também tinham subido muito nesse intervalo de tempo.

tado, um ano mais tarde. Sempre dividido no aspecto administrativo, o império espanhol herdado por Filipe II no Velho Mundo começava a tornar-se economicamente insustentável em meados do século: caberia ao Novo Mundo reabastecer o seu tesouro e prolongar a sua desunião.

Efetivamente, a partir de 1560, os múltiplos efeitos do império americano sobre o absolutismo espanhol passaram a ser cada vez mais determinantes para o seu futuro, embora seja necessário não confundir os diferentes níveis em que estes se revelavam. A descoberta das minas de Potosí aumentara agora enormemente o fluxo do tesouro colonial para Sevilha. O suprimento de imensas quantidades de prata das Américas tornou-se doravante uma "facilidade"* decisiva para o Estado espanhol em ambos os sentidos do termo, pois provia o absolutismo hispânico com um rendimento extraordinário e abundante que se situava totalmente fora do âmbito convencional das receitas estatais na Europa. Isto significava que o absolutismo na Espanha poderia ainda continuar, por muito tempo, a prescindir da lenta unificação fiscal e administrativa que constituía uma condição prévia para o absolutismo de outros países: a obstinada recalcitrância de Aragão era compensada pela complacência ilimitada do Peru. As colônias, em outras palavras, podiam atuar como substituto estrutural das províncias, numa organização política onde as províncias ortodoxas foram substituídas pelos patrimônios autárquicos. Não há nada mais surpreendente, a este respeito, do que a ausência completa de qualquer contribuição proporcional para o esforço de guerra na Europa, durante os séculos XVI e XVII, por parte de Aragão ou mesmo da Itália. Castela tinha que suportar praticamente sozinha o encargo fiscal das intermináveis campanhas militares no exterior: é precisamente por trás dela que estão as minas das Índias. A incidência total do tributo americano nos orçamentos da Espanha imperial foi, evidentemente, muito menor do que vulgarmente se pensava na época: no auge das frotas de prata, os metais preciosos coloniais respondiam apenas por 20 a 25 por cento de suas receitas.¹⁴ O grosso da parte restante das receitas de Filipe II era fornecido pelos encargos domésticos de Castela: o tradicional imposto sobre as vendas ou *alcabala*, os *servicios* especiais cobrados aos pobres, a *crusada* cobrada com a sanção da Igreja ao clero e aos leigos e as obrigações

(* Em inglês o termo *facility*, usado no plural, significa também meios ou recursos. (N. T.)

(14) J. H. Elliott, "The Decline of Spain", *Past and Present*, nº 20, novembro de 1961, republicado em T. Aston (Org.), *Crisis in Europe 1560-1660*, p. 189; *Imperial Spain*, pp. 285-6.

públicas, ou *juros*, vendidos aos proprietários. Entretanto, o metal americano desempenhou sua parte na sustentação da base fiscal metropolitana do Estado Habsburgo: os níveis fiscais extremamente elevados de sucessivos reinados eram indiretamente amparados pelas transferências privadas de metais para Castela, cujo volume alcançava, em média, o dobro dos influxos públicos;¹⁵ o notável sucesso dos *juros* como recurso para a obtenção de fundos — o primeiro caso de amplo uso de tais obrigações por uma monarquia absoluta na Europa — é, sem dúvida, explicável em parte pela sua capacidade de sangrar essa nova riqueza monetária. Além disso, a contribuição colonial aos rendimentos reais constituía, por si só, um fator decisivo para a condução da política externa espanhola e para a natureza do Estado espanhol. Com efeito, ela chegava sob a forma de espécie líquida que podia ser utilizada diretamente para financiar movimentos de tropas ou manobras diplomáticas através da Europa; e proporcionava excepcionais oportunidades de crédito aos monarcas Habsburgo, que podiam levantar no mercado monetário internacional somas a que nenhum outro príncipe poderia aspirar.¹⁶ As enormes operações militares e navais de Filipe II, do canal da Mancha ao Egeu e de Túnis a Antuérpia, somente foram possíveis em razão da extraordinária flexibilidade financeira propiciada pelo excedente da América.

Ao mesmo tempo, porém, o impacto dos metais americanos na economia espanhola, enquanto distinta do Estado castelhano, não era menos importante, embora de modo diverso. Na primeira metade do século XVI, o modesto nível de carregamentos (com uma elevada porcentagem de ouro) forneceu um estímulo às exportações de Castela, que rapidamente respondeu pela inflação de preços que se seguiu ao advento do tesouro colonial. Uma vez que os 60 a 70 por cento destes metais que não iam diretamente para os cofres do rei tinham que ser comprados como uma mercadoria como qualquer outra aos empreendedores locais nas Américas, desenvolveu-se um próspero comércio com as colônias, principalmente de têxteis, azeite e vinho. O controle monopolista deste mercado cativo beneficiou inicialmente os produtores castelhanos, que nele podiam vender a preços inflacionários, embora os consumidores metropolitanos em breve se queixassem amargamente do custo de vida interno.¹⁷ Todavia, havia neste processo duas

(15) Lynch analisa muito bem este ponto: *Spain under the Habsburgs*, I, p. 129.

(16) Pierre Vilar, *Oro y Moneda en la Historia, 1450-1920*, Barcelona, 1969, pp. 78, 165-8.

(17) Vilar, *Oro y Moneda*, pp. 180-1.

distorções fatais para o conjunto da economia castelhana. Em primeiro lugar, a crescente demanda colonial conduziu a novas conversões de terras dedicadas à produção cerealífera, que passaram à cultura da vinha e da oliveira. Isso reforçou a já desastrosa tendência encorajada pelo monarca no sentido de uma contração da produção de trigo à custa da de lã: a indústria lanífera espanhola, ao contrário da inglesa, não era sedentária, mas de transumância e, portanto, extremamente destrutiva da cultura de arado. O resultado conjunto dessas pressões faria da Espanha um grande importador de cereais, pela primeira vez, na década de 1570. A estrutura da sociedade rural de Castela era agora já diferente de qualquer outra na Europa ocidental. Os arrendatários dependentes e os pequenos proprietários camponeses constituíam uma minoria no campo. No século XVI, mais da metade da população rural da Nova Castela — talvez mesmo 60 a 70 por cento — eram trabalhadores agrícolas ou *jornaleros*;¹⁸ e a proporção era talvez mais elevada na Andaluzia. Havia um desemprego indiscriminado nas aldeias e pesadas rendas feudais nas terras senhoriais. E ainda mais surpreendente: os censos de 1571 e 1586 revelaram uma sociedade na qual apenas um terço da população masculina estava engajada na agricultura; ao passo que dois quintos eram alheios a qualquer forma de produção econômica direta — um prematuro e inchado "setor terciário" da Espanha absolutista, que prefigurava a estagnação secular vindoura.¹⁹ Mas o dano máximo causado pelo vínculo colonial não se limitava à agricultura, o ramo dominante da produção interna naquela época. O fluxo de metais preciosos do Novo Mundo produziu também um parasitismo que progressivamente minou e paralisou as manufaturas do país. A inflação acelerada elevou os custos de produção da indústria têxtil, que operava dentro de limites técnicos muito rígidos, a tal ponto que os tecidos castelhanos passaram a ter preços proibitivos, tanto para o mercado colonial como para o metropolitano. Atravessadores holandeses e ingleses passaram a suprir a melhor fatia da demanda americana, enquanto manufaturados estrangeiros mais baratos invadiam a

(18) Noel Salomon, *La campagne de Nouvelle Castille à la fin du XVIe Siècle*, Paris, 1964, pp. 257-8, 266. Quanto às dízimas, obrigações e rendas, ver pp. 227, 243-4, 250.

(19) Foi um historiador português quem sublinhou as implicações deste extraordinário padrão ocupacional, que ele acredita ser válido também para Portugal: Vitorino Magalhães Godinho, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, 1971, pp. 85-9. Como ele salienta, uma vez que a agricultura era o setor principal da produção econômica em toda sociedade pré-industrial, um desvio de força de trabalho desta proporção resultaria, inevitavelmente, numa estagnação a longo prazo.

própria Castela. Assim, no fim do século, os produtos têxteis castelhanos tornavam-se vítimas da prata boliviana. Um grito então se elevou — *España son las Indias del extranjero*: a Espanha transformara-se na América da Europa, um escoadouro para mercadorias estrangeiras. De tal modo, não apenas a economia agrária, mas também a urbana foram afinal atingidas pelo esplendor da riqueza americana, como lamentaram inúmeros contemporâneos.²⁰ O potencial produtivo de Castela estava sendo sabotado pelo mesmo império que injetava recursos no aparato militar do Estado para aventuras sem precedentes no exterior.

Havia, no entanto, uma íntima relação entre os dois efeitos. Na verdade, se o império americano representava a desagregação da economia espanhola, o seu império europeu significou a ruína do Estado Habsburgo, e o primeiro tornou a extensa luta pelo último financeiramente possível. Sem os carregamentos de metais para Sevilha, o colossal esforço de guerra de Filipe II teria sido impensável. Entretanto, seria precisamente tal esforço que viria a derrubar a estrutura original do absolutismo espanhol. O longo reinado do rei Prudente, que cobriu quase toda a segunda metade do século XVI, não foi propriamente uma série uniforme de fracassos externos, apesar das imensas despesas e dos reveses punitivos em que incorreu na arena internacional. O seu padrão básico, com efeito, não diferiu do de Carlos V: êxito no sul, derrota no norte. No Mediterrâneo, a expansão naval turca foi definitivamente detida em Lepanto, em 1571, uma vitória que efetivamente confinou, daí em diante, as frotas otomanas às suas águas nacionais. Portugal foi tranqüilamente incorporado ao bloco Habsburgo, através da diplomacia dinástica e de uma oportuna invasão: a sua absorção acrescentou as numerosas possessões lusitanas na Ásia, África e América às colônias espanholas das Índias. Por sua vez, o império ultramarino espanhol foi aumentado pela conquista das Filipinas no Pacífico: a mais audaciosa conquista colonial do século, no aspecto logístico como no cultural. O aparelho militar do Estado espanhol foi aprimorado até atingir um alto grau de perícia e eficácia, a sua organização e sistema de abastecimento tornaram-se os mais avançados da Europa. A tradicional disposição dos *hidalgos* castelhanos de servir nos *tercios* enrijeceu os seus regimentos de infantaria,²¹ enquanto as províncias da

(20) Para as relações dos contemporâneos na virada do século XVII, ver o excelente ensaio de Vilar "Le Temps du Quichotte", *Europe*, XXXIV, 1956, pp. 3-16.

(21) De forma característica, Alba comentava: "Em nossa nação, nada é mais importante que introduzir na infantaria cavalheiros e homens de posses, a fim de que não

Itália e da Valônia se revelavam um reservatório seguro de soldados, quando não de impostos, para as políticas internacionais dos Habsburgo; sintomaticamente, os contingentes multinacionais dos exércitos Habsburgo combatiam melhor no estrangeiro do que em solo nativo, permitindo a sua própria diversidade um grau relativamente menor de dependência dos mercenários estrangeiros. Pela primeira vez na Europa moderna, conseguiu-se manter um grande exército regular a longa distância da pátria imperial, por décadas a fio. A partir da chegada de Alba, o exército de Flandres contou em média com 65 mil homens por todo o período restante da Guerra dos Oitenta Anos com a Holanda — um fato sem precedentes.²² Por outro lado, a presença permanente dessas tropas nos Países Baixos contou a sua própria história. A Holanda, onde já ressoava o descontentamento à época das exações fiscais e das perseguições religiosas de Carlos V, explodiu naquilo que viria a ser a primeira revolução burguesa na história, sob a pressão do centralismo tridentino de Filipe II. A Revolta dos Países Baixos constituiu uma ameaça direta a interesses vitais da Espanha, pois as duas economias — estreitamente ligadas desde a Idade Média — eram amplamente complementares: a Espanha exportava lã e metais preciosos para os Países Baixos e importava tecidos, ferragens, cereais e provisões navais. Flandres, além disso, assegurava o cerco estratégico da França e era uma peça-chave da supremacia internacional Habsburgo. Todavia, apesar dos imensos esforços, o poder militar espanhol não foi capaz de quebrar a resistência das Províncias Unidas. Ademais, a intervenção armada de Filipe II nas Guerras Religiosas na França e o seu ataque naval à Inglaterra — duas extensões fatais do teatro original da guerra em Flandres — foram ambos repelidos: a dispersão da Armada e a ascensão de Henrique IV marcaram a dupla derrota de sua política de avanço no norte. No entanto, o balanço internacional no final de seu reinado era ainda aparentemente formidável — para o risco de seus sucessores, a quem legou um sentimento não diminuído de estatura continental. O sul dos Países Baixos fora reconquistado e fortificado. As frotas luso-espanholas foram rapidamente reconstituídas depois de 1588 e enfrentaram com êxito os assaltos da Inglaterra às rotas atlânticas do metal. A monarquia francesa foi, em última análise, negada ao protestantismo.

No plano interno, por outro lado, a política de Filipe II na virada

seja deixada aos trabalhadores e locais", Parker, *The Army of Flanders and the Spanish Road*, p. 41.

(22) Parker, *The Army of Flanders and the Spanish Road*, pp. 27-31.

do século XVII foi visivelmente mais sombrio. Castela tinha agora, pela primeira vez, uma capital estável em Madri, o que facilitava um governo central. O Conselho de Estado, dominado pelos grandes do reino e voltado para as questões políticas mais importantes, era mais que contrabalançado pela acentuada relevância do secretariado real, cujos diligentes funcionários-bacharéis proviam o confinado monarca com os instrumentos burocráticos de governo mais adequados a ele. A unificação administrativa dos patrimônios dinásticos não foi, entretanto, perseguida com coerência. Impuseram-se reformas de caráter absolutista nos Países Baixos, onde resultaram em desastre, e na Itália, onde obtiveram um nível modesto de êxito. Na própria península ibérica, ao contrário, não se tentou seriamente nenhum progresso neste sentido. A autonomia constitucional e jurídica dos portugueses foi escrupulosamente respeitada; nenhuma interferência castelhana perturbou a ordem tradicional desta aquisição ocidental. Nas províncias orientais, o particularismo aragonês forneceu truculenta provocação ao rei, escondendo o seu secretário Antonio Perez da justiça real, com o recurso a levantes armados: em 1591, uma força invasora submeteu esta ruidosa sedição, mas Filipe absteve-se de qualquer ocupação permanente de Aragão e evitou qualquer modificação importante em sua constituição.²³ A oportunidade de uma solução centralista foi deliberadamente perdida. Enquanto isso, a situação econômica tanto do país como da monarquia deteriorava-se funestamente no final do século. Os embarques de prata atingiram níveis máximos de 1590 a 1600: mas as despesas de guerra eram agora tão elevadas que um novo imposto de consumo cobrado basicamente sobre os alimentos — o *millones* — foi decretado em Castela, tornando-se desde então mais um pesado encargo que caía sobre os trabalhadores pobres, nas cidades e no campo. No fim de seu reinado, as receitas de Filipe II tinham mais que quadruplicado;²⁴ mesmo assim, a bancarrota oficial o surpreendeu em 1596. Três anos mais tarde, abateu-se sobre a Espanha a mais terrível peste da época, dizimando a população da península.

A ascensão de Filipe III seguiram-se a paz com a Inglaterra (1604), uma nova bancarrota (1607) e, depois, a relutante assinatura de um armistício com a Holanda (1609). O novo regime era dominado

(23) Filipe II limitou-se a reduzir os poderes da *Diputació local* (onde a norma da unanimidade foi abolida) e do departamento de *Justicia*, bem como a introduzir vices-reis não-naturais em Aragão.

(24) Lynch, *Spain under the Habsburgs*, II, pp. 12-3.

pelo aristocrata valenciano Lerma, um *privado* frívolo e venal que estabelecera ascendência pessoal sobre o rei. A paz trouxe consigo um pródigo aparato de corte e a multiplicação das honrarias; a influência política abandonou o velho secretariado, ao passo que a nobreza castelhana se congregava outra vez com vistas ao centro do Estado, agora suavizado. As duas únicas decisões governamentais de Lerma dignas de nota foram o uso sistemático das desvalorizações para desembaraçar as finanças régias, inundando o país com o aviltado *vellón* de cobre, e a expulsão em massa dos *moriscos* da Espanha, o que apenas serviu para debilitar a economia rural de Aragão e Valência: inflação de preços e escassez de mão-de-obra foram o resultado inevitável. Entretanto, muito mais grave a longo prazo foi a modificação silenciosa que então ocorria no conjunto das relações comerciais entre a Espanha e a América. Desde por volta de 1600, as colônias americanas tornavam-se cada vez mais auto-suficientes quanto aos bens primários que tradicionalmente importavam da Espanha — cereais, azeite e vinho; os tecidos grosseiros começavam também a ser produzidos localmente; a construção naval desenvolvia-se com rapidez e o comércio intercolonial prosperava. Tais transformações coincidiriam com o crescimento de uma aristocracia crioula nas colônias, cuja riqueza derivava mais da agricultura que da mineração.²⁵ As próprias minas estavam sujeitas a uma profunda crise desde a segunda década do século XVII. Em parte devido ao colapso demográfico da força de trabalho índia, em razão das devastadoras epidemias e da superexploração dos trabalhadores do subsolo, em parte devido à exaustão dos veios, a produção de prata começou a decair. O declínio desde o apogeu do século precedente foi, de início, gradual. Mas a composição e a orientação do comércio entre o Novo e o Velho Mundo alterava-se irreversivelmente, em detrimento de Castela. O padrão das importações coloniais tendia para os bens manufaturados mais sofisticados, que a Espanha não poderia fornecer, trazidos como contrabando pelos mercadores ingleses ou holandeses; o capital local passa a ser reinvestido no lugar, em vez de ser transferido para Sevilha; e a navegação nativa americana aumentava a sua participação nos fretes atlânticos. O resultado direto foi um calamitoso decréscimo no comércio espanhol com as suas possessões americanas, cuja tonelagem total caiu em 60 por cento entre 1606-10 e 1646-50.

Na época de Lerma, as conseqüências últimas de tal processo

(25) Lynch, *Spain under the Habsburgs*, II, pp. 11.

ocultavam-se ainda no futuro. Mas o declínio relativo da Espanha nos mares e a ascensão das potências protestantes da Inglaterra e da Holanda, às suas custas, já eram visíveis. A reconquista da República da Holanda e a invasão da Inglaterra fracassaram, ambas, no século XVI. Mas desde aquela data os dois inimigos marítimos da Espanha haviam-se tornado mais prósperos e poderosos, enquanto a religião reformada continuava a avançar na Europa central. Por isso, a cessação das hostilidades por uma década, no governo de Lerma, serviu meramente para convencer a nova geração de generais e diplomatas imperialistas — Zuñiga, Gondomar, Osuña, Bedmar, Fuentes — de que, se a guerra era custosa, a Espanha não podia custear a paz. A ascensão de Filipe IV, trazendo o autoritário conde-duque de Olivares ao poder máximo em Madri, coincidiria com a sublevação, nas terras da Boêmia, do ramo austríaco da família Habsburgo: apresentou-se então diante deles a chance de esmagar o protestantismo na Alemanha e acertar contas com a Holanda — um objetivo inter-relacionado, dada a necessidade estratégica de dominar o corredor da Renânia para as movimentações de tropas entre a Itália e Flandres. Assim, na década de 1620, a guerra européia eclodiu mais uma vez, por procuração de Viena, mas por iniciativa de Madri. O curso da Guerra dos Trinta Anos reverteu curiosamente o padrão das duas grandes lutas travadas pelas armas Habsburgo no século anterior. Enquanto Carlos V e Filipe II tinham conquistado vitórias iniciais no sul da Europa e sofreram uma derrota final no norte, as forças de Filipe IV obtiveram um êxito precoce no norte, apenas para experimentarem desastres definitivos no sul. O volume da mobilização espanhola para este terceiro e último engajamento foi formidável: em 1625, Filipe IV chamou às suas ordens 300 mil homens.²⁶ Os Estados da Boêmia foram esmagados na batalha da Montanha Branca, com o auxílio de subsídios e veteranos espanhóis e a causa do protestantismo foi permanentemente batida em terras tchecas. Os holandeses foram forçados ao recuo por Spinola, com a captura de Breda. O contra-ataque dos suecos na Alemanha, após derrotarem os exércitos austríacos ou da Liga, foi neutralizado pelos *tercios* hispânicos sob o comando do cardeal-infante, em Nordlingen. Mas foram precisamente essas vitórias que afinal forçaram a França a entrar nas hostilidades, inclinando decisivamente o equilíbrio militar em prejuízo da Espanha: o contra-ataque de Paris a Nordlingen foi a declaração de guerra de

(26) Parker, *The Army of Flanders and the Spanish Road*, p. 6.

Richelieu, em 1635. Os resultados logo ficariam evidentes. Breda foi retomada pelos holandeses em 1637. Um ano depois, caía Breisach — a chave das estradas para Flandres. No espaço de mais um ano, o grosso da frota espanhola foi a pique em Downs — um golpe muito mais grave para a marinha Habsburgo que o destino sofrido pela Armada. Finalmente, em 1643, o exército francês pôs fim à supremacia dos *tercios*, em Rocroi. A intervenção militar da França Bourbon revelou-se muito diferente das lutas Valois do século anterior; agora, era a nova natureza e importância do absolutismo francês que abarcava o declínio do poder imperial espanhol na Europa. Se, no século XVI, Carlos V e Filipe II se beneficiaram da fraqueza interna do Estado francês, utilizando descontentamentos provinciais para invadir a própria França, invertiam-se agora os termos: um absolutismo francês maduro estava em condições de explorar a sedição aristocrática e o separatismo regional na península ibérica para invadir a Espanha. Na década de 1520, as tropas espanholas tinham marchado sobre a Provença; na de 1590, sobre o Languedoc, a Bretanha e a Île de France, em aliança ou com o apoio tácito de dissidentes locais. Na década de 1640, tropas e navios franceses lutavam conjuntamente com rebeldes anti-Habsburgo na Catalunha, em Portugal e em Nápoles: o absolutismo espanhol estava em apuros em seu próprio território.

Efetivamente, a longa cadeia de conflitos internacionais no norte manifestou-se enfim na própria península ibérica. A bancarrota do Estado foi outra vez declarada em 1627; o *vellón* foi desvalorizado em 50 por cento em 1628; seguiu-se, em 1629-31, uma queda brusca no comércio transatlântico; os galeões de prata deixaram de chegar em 1640.²⁷ As enormes despesas de guerra conduziram a novos impostos sobre o consumo, contribuições cobradas ao clero, confiscos dos juros dos títulos públicos, apresamento de embarques privados de metais, aumento das vendas de honrarias e — especialmente — de jurisdições senhoriais à nobreza. Entretanto, todos esses expedientes mostraram-se inadequados para levantar as somas necessárias ao prosseguimento da luta, pois os seus custos ainda eram suportados quase que exclusivamente por Castela. Portugal não rendia quaisquer rendimentos a Madri, já que os subsídios locais estavam destinados aos objetivos de defesa das colônias portuguesas. Flandres era cronicamente deficitária. Nápoles e a Sicília tinham contribuído com excedentes modestos mas

(27) Elliott, *Imperial Spain*, p. 343.

respeitáveis para o tesouro central, no século precedente. Agora, no entanto, o custo da cobertura dada a Milão e da manutenção dos *presídios* da Toscana absorviam todos os seus rendimentos, apesar dos impostos cada vez mais elevados, da venda de cargos e das alienações de terras: a Itália continuava a fornecer um material humano inestimável, mas não mais dinheiro, para a guerra.²⁸ Navarra, Aragão e Valência, quando muito, consentiram em realizar alguns pequenos empréstimos à dinastia em momentos de emergência. A Catalunha, região mais rica da parte oriental do reino e a mais parcimoniosa de todas as províncias, nada pagava, não permitindo o dispêndio de impostos ou o emprego de tropas fora de suas fronteiras. O preço histórico do fracasso do Estado Habsburgo em harmonizar os seus reinos já era patente no início da Guerra dos Trinta Anos. Olivares, ciente dos agudos perigos colocados pela ausência de uma integração central do sistema político, e pela proeminência isolada e arriscada de Castela em seu interior, propusera a Filipe IV uma reforma abrangente de todo o sistema, num memorando secreto de 1624 — efetivamente, uma equalização simultânea dos encargos fiscais e das responsabilidades políticas entre os diferentes patrimônios dinásticos, o que teria possibilitado aos nobres aragoneses, catalões e italianos o acesso regular às mais altas posições no serviço real, em troca de uma distribuição mais uniforme das responsabilidades fiscais e da aceitação de leis unificadas, inspiradas nas de Castela.²⁹ Este projeto de um absolutismo unitário era demasiado audacioso para que fosse publicamente difundido, por temor da reação castelhana e não-castelhana. Mas Olivares também elaborou um segundo projeto, mais limitado, a “União das Armas”, para a criação de um exército de reserva comum de 140 mil homens, a ser mantido e recrutado em todas as possessões espanholas, para sua defesa comum. Tal esquema, oficialmente anunciado em 1626, foi frustrado, em todos os sentidos, pelo particularismo tradicional. A Catalunha,

(28) Para a crônica financeira das possessões italianas, ver A. Domínguez Ortiz, *Política y Hacienda de Felipe IV*, Madri, 1960, pp. 161-4. De modo geral, o papel das componentes italianas do império espanhol na Europa tem sido menos estudado, embora seja evidente que é impossível uma abordagem satisfatória do sistema imperial em seu conjunto até que esta lacuna seja sanada.

(29) A melhor análise deste esquema é oferecida por Elliott, *The Revolt of the Catalans*, Cambridge, 1963, pp. 199-204. Domínguez defende: que Olivares não tinha uma política interna, estando exclusivamente preocupado com os negócios externos, *La Sociedad Española en el Siglo XVI*, I, Madri, 1963, p. 15. Tal ponto de vista é desmentido tanto pelas suas reformas internas iniciais como pela amplitude de suas recomendações no memorando de 1624.

em particular, recusou-se a qualquer comprometimento com ele, que, na prática, permaneceu letra morta.

Mas, à medida que o conflito militar se desenrolava, e a posição da Espanha ia piorando, as pressões para conseguir alguma ajuda catalã tornavam-se cada vez mais desesperadas em Madri. Olivares decidiu então forçar a Catalunha à guerra, atacando a França através de suas fronteiras meridionais em 1639, o que colocava *de facto* a província não cooperante na linha de frente das operações espanholas. Esta jogada temerária voltou-se desastrosamente ~~CONTRA~~ a Espanha.³⁰ A sectária e morosa nobreza catalã, faminta de cargos remunerados e atolada no banditismo das montanhas, enfurecia-se com os comandantes de Castela e com as baixas sofridas diante dos franceses. O baixo clero excitava o fervor regionalista. O campesinato, saqueado pelas ordens de alojamento e pelas requisições, levantava-se contra as tropas numa ampla insurreição. Trabalhadores e desocupados rurais que afluíram às cidades desencadearam violentos tumultos em Barcelona e outras cidades.³¹ A Revolução Catalã de 1640 congregou os agravos de todas as classes sociais, com exceção de um punhado de grandes nobres, numa explosão irreprimível. O poder Habsburgo na província desintegrou-se. Para afastar os perigos do radicalismo popular e impedir uma reconquista por Castela, a nobreza e o patriciado incitaram à ocupação francesa. Pelo espaço de uma década, a Catalunha tornou-se um protetorado da França. Enquanto isso, do outro lado da península, Portugal organizava a sua própria revolta, poucos meses após a rebelião catalã. A aristocracia local, ressentida com a perda do Brasil para os holandeses e segura dos sentimentos anticastelhanos das massas, não teve dificuldades em reafirmar sua independência, uma vez que Olivares cometera o erro crasso de concentrar os exércitos reais contra o leste pesadamente defendido, onde saíram vitoriosas as forças franco-catalãs, em vez de os levar para o oeste, comparativamente desmilitarizado.³² Em 1643, caía Olivares; quatro anos depois, por sua vez, Ná-

(30) Olivares estava ciente da magnitude dos riscos que corria: “Minha cabeça não pode suportar a luz de uma vela ou de uma janela (...). A meu ver, isto porá tudo a perder irremediavelmente ou poderá salvar o barco. Aí estão religião, reino, nação, tudo e, se nossas forças forem insuficientes, deixai-nos morrer com empenho. Melhor morrer, e mais justo, que cair sob o domínio de outros, sobretudo de hereges, como considero serem os franceses. Ou tudo está perdido, ou então Castela ficará à testa do mundo, como já o está à testa da monarquia de Vossa Majestade”. Citado em Elliott, *The Revolt of the Catalans*, p. 310.

(31) Elliott, *The Revolt of the Catalans*, pp. 460-8, 473-6, 486-7.

(32) A. Domínguez Ortiz, *The Golden Century of Spain 1556-1659*, Londres, 1971, p. 103.

poles e a Sicília livravam-se do domínio espanhol. O conflito europeu esgotara o tesouro e a economia do império Habsburgo no sul e desintegrara a sua organização política compósita. No cataclismo dos anos 1640, enquanto a Espanha chegava à derrota na Guerra dos Trinta Anos, seguida pela bancarrota, a pestilência, o despovoamento e a invasão, tornava-se inevitável que a colcha de retalhos dos patrimônios dinásticos se desfizesse: as revoltas separatistas de Portugal, da Catalunha e de Nápoles foram um atestado da fraqueza do absolutismo espanhol. Este tinha se expandido demasiado rapidamente, cedo demais, graças à sua fortuna ultramarina, sem ter jamais consolidado as suas fundações metropolitanas.

Finalmente, a eclosão da Fronda salvou a Catalunha e a Itália para a Espanha. Mazarino, já por si preocupado com as turbulências internas, renunciou à primeira, depois que o baronato napolitano redescobriu a lealdade ao seu soberano na última, onde os pobres da cidade e do campo tinham irrompido numa ameaçadora revolta social, e a intervenção francesa foi abreviada. A guerra, entretanto, arrastou-se ainda por mais quinze anos, mesmo depois da retomada da última província mediterrânea — contra os holandeses, os franceses, os ingleses e os portugueses. Na década de 1650, houve novas perdas em Flandres. A lenta tentativa de reconquistar Portugal durou mais que todas as outras. Nesta altura, a classe *hidalgos* castelhana já tinha perdido o gosto pelo campo de batalha; reinava entre os hispânicos uma universal desilusão militar. As derradeiras campanhas fronteiriças seriam travadas sobretudo com recrutas italianos, reforçados por mercenários irlandeses ou alemães.³³ O seu único resultado foi a ruína da maior parte da Estremadura e a redução das finanças governamentais a um nadir de fútil manipulação e déficit. A paz e a independência de Portugal não foram aceitas antes de 1688. Seis anos depois, o Franche-Comté foi perdido para a França. O reinado paralítico de Carlos II presenciou a retomada do poder político central pela classe dos grandes nobres, que asseguraram a dominação direta do Estado com o *putsch* aristocrático de 1677, quando D. João José da Áustria — seu candidato à regência — conduziu vitoriosamente um exército aragonês até Madri. E também experimentou a mais negra depressão econômica do século, com a paralisação das indústrias, o colapso da moeda, o retorno à troca direta, a escassez de alimentos e os motins da fome. Entre 1600 e 1700,

(33) Lynch, *Spain under the Habsburgs*, II, pp. 122-3; Domínguez Ortiz, *The Golden Century of Spain*, pp. 39-40.

a população total da Espanha caiu de 8,5 milhões para 7 milhões — o maior recuo demográfico do Ocidente. Por volta do final do século, o Estado Habsburgo estava moribundo: em todas as chancelarias estrangeiras aguardava-se a sua extinção, na figura de seu spectral governante Carlos II, *El Hechizado*,* como o sinal de que a Espanha se tornaria o espólio da Europa.

Com efeito, o resultado da Guerra da Sucessão Espanhola renovou o absolutismo em Madri, ao destruir as suas ingovernáveis guardas avançadas. A Holanda e a Itália estavam perdidas. Aragão e a Catalunha, que cerraram fileiras com o caudilho austríaco, foram derrotados e subjugados na guerra civil dentro da guerra internacional. Uma nova dinastia francesa foi instalada. A monarquia Bourbon levou a cabo o que os Habsburgo não tinham conseguido fazer. Os grandes do reino, muitos dos quais haviam desertado para o campo anglo-austríaco durante a Guerra da Sucessão, foram submetidos e excluídos do poder central. Com a importação da experiência e das técnicas mais avançadas do absolutismo francês, os funcionários civis expatriados criaram um Estado unitário e centralizado no século XVIII.³⁴ Os sistemas de Estados de Aragão, Valência e Catalunha foram eliminados e o seu particularismo suprimido. Introduziu-se o esquema francês dos *intendants* reais para o governo uniforme das províncias. O exército foi drasticamente remodelado e profissionalizado, com uma base semi-recrutada e um comando rigidamente aristocrático. A administração das colônias foi arrojada e reformada: livres de suas possessões européias, os Bourbons demonstraram que a Espanha poderia gerir o seu império americano de forma competente e lucrativa. Na verdade, este foi o século no qual uma Espanha coesa por fim, finalmente, surgiu — em oposição à semi-universal *monarquia espanhola* dos Habsburgos.³⁵

Todavia, a obra da administração carolina, que racionalizou o Estado espanhol, não podia revitalizar a sociedade espanhola. Era

(*) "O Enfeitado". (N. T.)

(34) Ver Henry Kamen, *The War of Succession in Spain 1700-1715*, Londres, 1969, pp. 84-117. O principal artífice da nova administração foi Bergeyck, um flamengo de Bruxelas, pp. 237-40.

(35) Foi nesta época que uma bandeira e um hino nacionais foram adotados. A máxima de Domínguez é característica: "Menor que o Império, maior que Castela, a Espanha, excelsa criação de nosso século XVIII, emergiu da bruma e adquiriu forma sólida e tangível (...). À época da Guerra da Independência, a imagem simbólica e plástica ideal da Nação, tal como a conhecemos hoje, estava essencialmente completada". Antonio Domínguez Ortiz, *La Sociedad Española en el Siglo XVIII*, Madri, 1955, pp. 41-3: a melhor obra sobre o período.

agora demasiado tarde para um desenvolvimento comparável ao da França ou da Inglaterra. A outrora dinâmica economia castelhana recebera o seu golpe final com Filipe IV. Embora se verificasse uma recuperação demográfica real (a população elevou-se de 7 para 11 milhões) e uma considerável extensão do cultivo de cereais na Espanha, apenas 60 por cento da população estava ainda empregada na agricultura, ao passo que as manufaturas urbanas tinham sido virtualmente amputadas da formação social metropolitana. Depois do colapso das minas americanas no século XVII, houve um novo surto de prata mexicana no século XVIII, mas, na ausência de uma indústria doméstica de dimensões razoáveis, este beneficiou provavelmente mais a expansão francesa que a espanhola.³⁶ Tal como anteriormente, o capital local era desviado para as rendas públicas ou para a terra. A administração do Estado não era numericamente muito ampla, mas continuava abundante em *empleomania*, a caça aos cargos pela pequena nobreza empobrecida. Os vastos latifúndios tocados pelo trabalho em turmas no sul proporcionavam as fortunas de uma grande nobreza senhorial estagnada, estabelecida nas capitais das províncias.³⁷ A partir de meados do século, ocorreu um refluxo da alta nobreza para os cargos ministeriais, enquanto as facções "civil" e "militar" lutavam pelo poder em Madri: a posse do aristocrata aragonês Aranda correspondeu ao ponto mais alto da influência direta dos magnatas na capital.³⁸ Entretanto, o impulso político da nova ordem estava se esgotando. Por volta do final do século, a própria corte Bourbon estava em plena decadência, que recordava a da sua antecessora, sob o controle negligente e corrupto de Godoy, o último *privado*. As limitações da recuperação do século XVIII, cujo epílogo seria o ignominioso colapso da dinastia em 1808, sempre estiveram patentes na estrutura administrativa da Espanha Bourbon. Mesmo após as reformas carolinas, a autoridade do Estado absolutista detinha-se no nível municipal, em vastas áreas do país. Até a invasão napoleônica, mais de metade das cidades na Espanha não se encontravam sob jurisdição monárquica, mas sim senhorial ou clerical. O regime dos *señorios*, uma relíquia medieval que datava do século XII e XIII tinha uma importância mais diretamente econômica que política para os nobres que controlavam tais jurisdições: no entanto, assegu-

(36) Vilar, *Oro y Moneda*, pp. 348-61, 315-7.

(37) Um memorável retrato desta classe pode ser encontrado em Raymond Carr, "Spain", em Goodwin (Org.), *The European Nobility in the Eighteenth Century*, pp. 43-59.

(38) Domínguez Ortiz, *La Sociedad Española en el Siglo XVIII*, pp. 93, 178.

rava-lhes não apenas lucros, como também poder administrativo e judiciário local.³⁹ Essas "combinações de soberania e propriedade" constituíam uma sobrevivência vigorosa dos princípios do senhorio territorial na época do absolutismo. O *ancien régime* preservou suas raízes feudais na Espanha até o dia de sua morte.

(39) Domínguez oferece uma ampla pesquisa sobre o modelo dos *señorios* no seu capítulo, "El Ocaso del Régimen Señorial". *La Sociedad Española en el Siglo XVIII*, pp. 300-42, onde ele os descreve com a frase citada acima.